

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007
(Do Sr. DOMINGOS DUTRA)

Requer que seja solicitado ao Ministro das Minas e Energia informações sobre valores repassados pelos responsáveis legais pela Usina Hidroelétrica Castelo Branco aos governos municipais e estaduais do Estados impactados pela implantação da referida Usina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito de V. Exa., que seja requerido ao Ministro das Minas e Energia, Sr. **Nelson Hubner**, informações sobre valores repassados pelos órgãos competentes pela gestão da Usina Hidroelétrica Castelo Branco aos governos municipais e estaduais do Estados margeados pela referida Usina.

a) Qual o valor repassado nos últimos dez anos, aos Estados do Maranhão e do Piauí, e aos Municípios envolvidos na implantação?

b) Qual o valor mensal é repassado para o Governo e os Municípios pelos órgãos competentes?

JUSTIFICAÇÃO

O Parnaíba teve seu curso interrompido, a montante de Floriano, pela barragem da usina hidrelétrica Presidente Castelo Branco (ex-Boa Esperança), o que deu origem a um grande lago artificial. As atividades da Usina Hidroelétrica Castelo Branco, inaugurada há 39 anos, implicam na utilização de



42D1711338

recursos hídricos e energéticos do Rio Parnaíba e este uso tem que resultar em benefícios econômicos para a população, inclusive compensação financeira.

A reparação financeira pode ser avaliada a partir das informações solicitadas sobre os devidos repasses mensais feitos aos Governos Estaduais do Maranhão e do Piauí e Municipais pelos órgãos competentes e sobre o montante repassado nos últimos dez anos. O nosso objetivo é fazer com que as populações destas localidades tenham acesso a estes dados, dando transparência à gestão dos recursos públicos .

Por outro lado, apesar do tempo decorrido, os Municípios envolvidos vivem na maior pobreza, especialmente Nova Iorque e São João dos Patos. Sem água potável, sem esgotamento sanitário, sem energia elétrica, sem emprego, o que se torna uma grande contradição em face da riqueza produzida com a energia gerada pela água do Parnaíba e da existência do amparo da legislação, que não tem sido cumprida.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2007.

Justiça se faz na luta

Dep. Fed. DOMINGOS DUTRA (PT/MA)



42D1711338